

SINDSEF

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

132

ABRIL 2012



FILIADO À **CONDSEF**

1º CONGRESSO NACIONAL

**reafirma unidade da
classe trabalhadora**

Pg. 01-05



**17 de maio é Dia de Luta
com manifestações nos estados**

Pg. 08

**A dura realidade do
serviço público**

Pg. 02

**Giro nos órgãos:
INCRA, DPU,
FUNASA, DNPM
FUNDACENTRO E
IPEN**

Pgs. 06-07

**7ª Plenária Estatutária
da CONDSEF**

Pg. 08

**Pra quem Dilma
governa?**

Pg. 03

**Diversos órgãos
pararam no 25 abril**

Pg. 08

www.sindsef-sp.org.br



A dura realidade do Serviço Público

Péssimas condições de trabalho e salários defasados

Os servidores públicos federais estão submetidos às péssimas condições de trabalho. Falta infra-estrutura mínima adequada nos prédios, treinamento e políticas de capacitação. O salário da maioria dos servidores está congelado há anos, pois a data base não tem sido respeitada. O governo adota uma postura intransigente com os trabalhadores, cortando verbas e negando-se a fazer negociações coletivas.

A precarização dos serviços públicos gera alto índice de evasão dos servidores, que pedem exoneração em busca de melhores salários e condições de trabalho. Com a ausência de novos concursos públicos, a qualidade do atendimento à população, com um quadro cada vez mais escasso de servidores, fica bastante prejudicada.

Assédio Moral

Se já não bastassem as péssimas condições de trabalho e os salários defasados, o assédio moral também vem atormentando a vida dos servidores. A exposição dos trabalhadores às situações humilhantes e constrangedoras, geralmente repetitivas e prolongadas, durante o horário de trabalho e no exercício de suas funções, causa doenças de ordem psíquica, como a síndrome do pânico e a depressão.

O setor público é um dos ambientes de trabalho onde o assédio se apresenta de forma mais visível e marcante. Na prática já vem se tornando uma política de gestão. Muitas vezes, por falta de preparo

de alguns chefes imediatos, mas com frequência por pura perseguição a um determinado indivíduo, neste ambiente, o assédio moral tende a ser mais rotineiro em razão de uma peculiaridade: o superior não dispõe sobre o vínculo funcional do servidor. Não podendo demiti-lo, passa a humilhá-lo, sobrecarregando-o de tarefas inúteis ou condenando-o à ociosidade.

Avaliação de Desempenho

O governo não oferece condições adequadas de trabalho, mas penaliza os servidores com as avaliações de desempenho realizadas de forma bastante subjetiva, por chefias despreparadas. No setor público muitas vezes os chefes são indicados em decorrência de seus laços de amizade ou de suas relações políticas, e não por sua qualificação técnica e preparo para o desempenho da função.

Despreparados para o exercício do cargo, e muitas vezes sem o conhecimento mínimo necessário para tanto, mas escorado nas relações que garantiram a sua indicação, o chefe pode se tornar extremamente arbitrário; por um lado, buscando compensar suas evidentes limitações, e por outro, considerando-se intocável.

Este instrumento também é utilizado muitas vezes com o objetivo de coibir o direito de indignação, manifestação ou de greve, através da diminuição na pontuação da avaliação institucional.

Assim, aumenta-se a precarização das condições de trabalho e para tentar impedir que os servidores possam reagir aumenta-se também as formas de repressão, com assédio, avaliações de desempenho, etc.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - MARÇO 2012

SALDO INICIAL	R\$ 139.614,92
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 208.804,89
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 46.779,56
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 60.434,41
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 75.153,93
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 34.734,41
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 6.652,90
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 7.512,82
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 21.241,00
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 4.123,490
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.505,20
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 260.137,72
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ (-)51.332,83
SALDO FINAL	R\$ 88.282,09

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Para resgatar as condições mínimas de trabalho, defendemos:

- Serviço público estatal, digno, gratuito e de qualidade!
- Atendimento das reivindicações dos servidores!
- Democratização das relações de trabalho! Respeito aos servidores públicos! Abaixo o assédio moral!
- Pela imediata realização de mais concursos públicos!
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores!
- 10% do PIB para Educação Pública e Estatal! 6% do PIB para Saúde Pública e Estatal!
- Abaixo a corrupção!

Servidor valorizado = Serviço público eficiente

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo
Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br
Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel
Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



PARA QUEM DILMA GOVERNA?

Desde o início de seu mandato, o governo Dilma esteve envolvido em uma série de escândalos de corrupção, que levaram à queda de sete ministros. Recentemente, os escândalos envolvendo o Senador Demóstenes Torres e o bicheiro Carlinhos Cachoeira reafirmaram as relações espúrias entre as empresas privadas, o poder público e os políticos. Fica bastante evidente um enorme esquema de desvio de verbas públicas e tráfico de influência que atinge todos, governo e oposição de direita.

A lista de crimes a serem investigados é interminável. A corrupção começa com o financiamento das campanhas eleitorais. As empresas doam milhões de reais aos candidatos e, depois, cobram este investimento, através de fraudes em licitações, tráfico de influência e informações sigilosas. Enquanto são roubados bilhões dos cofres públicos, o povo continua sofrendo com escassos investimentos estatais em educação, saúde e moradia.

Dilma destina metade do orçamento para o pagamento da dívida pública e adota uma série de medidas que sacrificam os trabalhadores, como, por exemplo, o corte de R\$ 55 bilhões do orçamento federal de 2012, o maior de toda a história, com grave redução nas áreas da saúde (R\$ 5,5 bilhões), educação (R\$ 1,9 bilhão) e reforma agrária (R\$ 1,2 bilhão).

Se formos analisar o caso específico da saúde, por exemplo, de acordo com as denúncias, cerca de 1/3 das poucas verbas destinadas, acabam sendo desviadas para corrupção. Isto, aliado à política de

privatização, em que as empresas só querem lucrar, vem ceifando vidas e deixando milhares de crianças, idosos e a população em geral nas filas dos hospitais e postos de saúde. Faltam médicos, remédios e leitos hospitalares.

No campo, também não é diferente. O novo Código Florestal representou um enorme retrocesso na luta ambiental e o fortalecimento do agronegócio. A reforma agrária não avançou no governo Lula e segue parada no governo Dilma.

A realização de megaeventos como a Copa e as Olimpíadas significam mais ataques aos trabalhadores. Segundo a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, lares de 170 mil pessoas estão ameaçados de remoção por causa das obras.

A face repressora do estado se manifesta cada vez mais na constante perseguição e criminalização dos movimentos sociais. Isto ficou bastante evidente na operação realizada pela Polícia Militar de Alckmin no Pinheirinho. Com o silêncio conivente de Dilma, o governo fascista do PSDB, com requintes de crueldade, desenvolveu uma ação de despejo truculenta e desrespeitosa, utilizando policiais fortemente armados, blindados, cavalaria e bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral. O mesmo aconteceu na prisão arbitrária de manifestantes que participavam do ato contra a visita de Obama ao Rio de Janeiro em 2011, na repressão e perseguição aos trabalhadores e estudantes na USP – Universidade de São Paulo. Mais recentemente, na prisão de



líderes e ativistas das mobilizações dos militares dos estados da Bahia e Rio de Janeiro.

Apesar da dura política de austeridade do governo, assistimos um grande processo de greves e mobilizações em todo o país. Sob o lema "Se o Brasil cresceu, os trabalhadores querem o seu", o primeiro ano de mandato de Dilma foi marcado pela retomada das lutas operárias e demais setores da classe trabalhadora, aumentando a polarização social. Operários da construção pesada e civil, metalúrgicos, petroleiros, químicos, gráficos, mineiros, trabalhadores da alimentação, bancários, trabalhadores dos correios, dos transportes, bombeiros, militares promoveram greves e importantes processos de lutas. A educação

foi destaque: houve greves em nada menos do que vinte e dois estados brasileiros. O funcionalismo público federal também não se calou e teve papel destacado com realização de longas greves em setores como funcionários das universidades e institutos federais de ensino tecnológico, além dos servidores do Judiciário, dentre outros.

A lição mais importante de todos estes processos de lutas é que eles não podem ocorrer de forma isolada. Dilma ainda conta com muita popularidade entre a população, iludida com suas medidas assistencialistas. Os processos de luta precisam ser unificados para colocar em xeque o governo e impedir que os ataques continuem.



1º Congresso da CSP-Conlutas reafirma unidade da classe trabalhadora

Evento marca fortalecimento da entidade enquanto alternativa independente dos patrões e do governo

O Congresso da CSP-Conlutas, que aconteceu entre os dias 27 e 30 de abril, teve como marco a consolidação da central e o avanço na unidade de trabalhadores do Brasil e do mundo.

O evento contou com a presença de 2280 participantes, organizados em 280 entidades. Havia sindicatos, associações de classe, movimentos populares rurais, urbanos e de luta contra opressão. A delegação internacional, composta por 73 convidados, representando organizações de trabalhadores de 22 países, compartilhou suas experiências com o público.

Incorporação e aproximação de importantes setores



Foto: Sérgio Koel

A incorporação de novas entidades e movimentos à CSP-Conlutas é crescente, bem como a aproximação de importantes setores.

Para somar forças contra os ataques do governo, dentre os convidados destacamos a participação da Fenasp (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), da Fasubra (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras), do Assibge-SN (Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística) e entidades de metroviários e ferroviários.

Sem dúvida, um dos pontos marcantes para o fortalecimento da central foi a presença de 11 movimentos populares urbanos em seu congresso.



Foto: Bianca Pedreira

CSP-Conlutas: “Este nome é da classe que luta”

O congresso reafirmou o nome da entidade como CSP-Conlutas.

Érico Correa, do Sindicaixa-RS, defendeu a manutenção: “Este nome não nos pertence mais, companheiros e companheiras. Este nome é da classe que luta. E esse nome é dos lutadores e vai incomodar muito a burguesia desse país”.

Zé Maria, da Executiva Nacional, destacou que abrir mão

Plano de Lutas

Após quatro dias de intensos debates, seguido de um grande Ato do Dia do Trabalhador, os participantes do 1º Congresso da CSP Conlutas retornaram aos seus locais de trabalho com um plano de lutas para o próximo período.

da marca Conlutas seria um erro. “Não é exagero dizer que aqueles setores que estão inquietos na base da frente popular, que estão descontentes com as suas direções, quando olham para o lado e pensam quem quer lutar, se encontram com um nome, com uma marca: Conlutas, porque foi isso que construímos depois de 8 anos de luta incessante”.

A manutenção do nome CSP-



Foto: CSP-Conlutas

-Conlutas foi aprovada por aproximadamente 80% dos delegados.

cação das campanhas salariais do segundo semestre”, disse Beth.

Um destaque do plano de lutas aprovado no congresso é a preparação de um protesto durante a Conferência das Nações Unidas, a “Rio+20”, que vai acontecer de 13 a 20 de junho.

Funcionalismo público

No 2º dia do congresso, aconteceu a plenária dos servidores públicos federais. Foram definidos importantes encaminhamentos para serem levados aos estados e fortalecer, ainda mais, a unidade em torno da Campanha Salarial.

Foi apontado o indicativo de um dia nacional de luta com manifestações dos estados para o dia 17 de maio e, no dia seguinte, a realização de uma plenária nacional do fórum das entidades. Será lançada uma campanha alertando os servidores da ativa a não aderirem ao Funpresp. E foi proposto um encontro nacional dos servidores públicos municipais, estaduais e federais da base da CSP Conlutas.

1º de Maio combativo e internacionalista

O Dia do Trabalhador, organizado pela CSP-Conlutas reuniu milhares de trabalhadores em luta de todo o Brasil e representantes de organizações classistas de 20 países.

Os ativistas estrangeiros vieram do Egito, França, Itália, Alemanha, Espanha, Inglaterra, Senegal, Benin, África do Sul, EUA, Canadá, Costa Rica, Haiti, México, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Paraguai e do Uruguai.

A atividade começou com Ato Político no Vão do Museu de Arte de São Paulo (Masp) na Avenida Paulista, por volta das 10h.

Com bandeiras e faixas, por emprego, salários dignos, educação, saúde e moradia e; contra a política do Governo Dilma de retirada de direitos

e criminalização dos movimentos, os participantes fizeram passeata na rua da Consolação.



Foto: Joca Duarte



Foto: João Paulo da Silva

Delegação do Sindsef

“A organização de base é fundamental para que tenhamos de fato o fortalecimento das nossas ações. A única forma que temos para enfrentar a burocracia sindical existente no movimento é nos enraizando na base, em todos os locais de trabalho e colocando os sindicatos sob o controle dos trabalhadores”.

(Beth Lima – MTE)

“Esses dias que passei aqui foram ótimos. Eu sou da base do sindicato. Achei muito interessante esse processo de integração, porque é com a base que a gente começa a alicerce para construir o sindicato forte”.

(Teotônio Fernandes – FUNASA)

“Em função dos ataques dos patrões só com unidade e organização garantiremos nossas reivindicações”.

(Maria Inês – IPEN)

“Tudo aquilo que me choca diariamente é comum nos outros órgãos. Isso não me desanima. A minha vontade quando sair daqui é voltar para meu órgão e tentar, de alguma maneira, organizar a resistência. Pra mim, o evento tem ajudado neste sentido”.

(Brisa Batista – DPU)

Internacionalismo contra os ataques do capital

Lutadores de diversos países buscam unidade da luta da classe trabalhadora

A delegação internacional que participou do 1º Congresso da CSP-Conlutas reuniu-se, nos dias 2 e 3 de maio, com trabalhadores e estudantes brasileiros para discutir ações conjuntas que fortaleçam a luta dos movimentos sindicais e sociais de todo o mundo.

A reunião organizada pela Central em parceria com a União Sindical Solidaires (França) contou com a participação de aproximadamente 170 ativistas.

As falas dos representantes de organizações estrangeiras reforçaram que, diante da crise mundial do capitalismo, é urgente o resgate da unidade internacional da classe trabalhadora.

Os participantes produziram um manifesto, assinado por todas as entidades presentes, com uma plataforma de ações e deliberações.



Falta de investimento acelera sucateamento

A atuação do governo Dilma no Incra tem se mostrado desconexa. Ao mesmo tempo em que afirma querer qualificar as áreas de assentamento, corta 70% dos recursos destinados ao custeio do órgão, tornando o funcionamento cada vez mais precário.

Faltam servidores e equipamentos. A própria direção da autarquia reconhece que 40% dos aprovados no concurso realizado em 2010 não assumiram seus cargos em função dos baixos salários.

Felipe Antoline, servidor do Incra e diretor do Sindsef-SP, afirma que a atual situação do serviço público é resultado da falta de investimento no setor. “Para atender os bancos e garantir o lucro das multinacionais, o governo tem dinheiro. Mas quando se trata de garantir o mínimo de atendimento e eficiência no setor público, o governo não tem. O ônus fica para nós, servidores”.

“As pessoas ficam estarelecidas ao descobrir que no serviço público faltam materiais básicos de trabalho, como papel e tinta para impressora”, diz Antoline. Há tempos a falta de estrutura do prédio em São Paulo é denunciada. “Banheiros e ves-



Armários do vestiário masculino.

tiários têm pouca iluminação, os armários estão enferrujados e amassados e alguns nem têm porta”, reclama o servidor.

Os trabalhadores reivindicam melhorias no refeitório, garagens, nas instalações elétricas e na rede de dados. Além disso, falta uma equipe treinada e um sistema de alarme contra incêndio. “Também faltam motoristas e os poucos carros estão em um estado lastimável!”, lembra o sindicalista.

INCRA

Foto: Felipe Nascimento

DPU

Servidores em defesa dos direitos!

Somente o longo período assentado exclusivamente na mão de obra precária dos terceirizados e requisitados, que nunca tiveram as necessárias garantias para fazer frente aos abusos dos gestores da Defensoria Pública da União, justifica o escandaloso tratamento dado pelos defensores aos servidores.

Se hoje, no âmbito doméstico, os gestores da DPU consideram-se os todo-poderosos, certos da impunidade de seus atos de repressão, é justamente porque nunca encontraram obstáculos internos fortes o suficiente para refrear o agressivo corporativismo dos defensores públicos.

Por conta disso, dadas as suas garantias, parece cada vez mais evidente que somente os servidores concursados e integrantes do quadro permanente da DPU é que poderão constituir-se em verdadeira força de reação.

Nesse cenário, a associação sindical é condição imprescindível para a organização do movimento e para o fortalecimento da classe. Esperar, por outro lado, que o sindicato faça tudo sozinho, que seja onipotente, onipresente e onisciente, é uma ilusão muito comum, e que precisa ser enfaticamente desfeita.

É preciso ficar claro que o sindicato é tão mais forte quanto mais participativa for a sua base. E o SINDSEF-SP, que conta com a força de mais de seis mil filiados no Estado, por meio da sua atual equipe dirigente, tem-se mostrado inteiramente aberto. Cabe, portanto, a cada servidor contribuir para o fortalecimento da associação, manejando-a pessoalmente, ou por meio de representantes, como um legítimo instrumento de combate aos abusos e de reafirmação de direitos!

FUNASA

Redistribuídos relatam precariedade no atendimento de saúde indígena

Despejados! Assim se sentiram os servidores da Funasa ligados ao serviço de saúde indígena, lotados no Distrito de Saúde Especial Indígena (DSEI). Em março de 2012, cerca de 20 profissionais, entre servidores de carreira e terceirizados, foram surpreendidos com a mudança repentina de endereço. A transferência ocorreu sem que nenhum dos envolvidos fosse consultado. Mas este é o menor dos problemas que estão enfrentando.

As instalações do novo prédio estão literalmente caindo aos pedaços. São várias rachaduras nas paredes e as instalações elétricas são precárias (algumas apresentam marcas de pequenos curtos-circuitos). Além disso, não existe extintor e nem mangueira de incêndio. “Se pegar fogo não tem como sair, pois a escada é escorada por uma madeira”, reclama uma terceirizada.

E tem mais, falta telefone, internet, tinta para impressora e scanner. A ausência destes itens gera preju-

ízos financeiros aos trabalhadores, que precisam ir à Lan Houses para conseguir fazer os relatórios e encaminhar a chefia que fica em outro estado.

Eles ainda denunciam as condições em que são armazenadas as medicações básicas de atendimento aos indígenas, os materiais hidráulicos usados no saneamento básico das aldeias, os inseticidas e outros produtos químicos. “O local onde são guardados os medicamentos já foi condenado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)”, conta um servidor. E o pior é que, mesmo assim, nada mudou.

As reclamações não param. Os profissionais, contratados para cuidar da saúde dos índios, não recebem as mínimas condições para desempenhar suas funções. “Não temos nem EPIs (Equipamento de Proteção Individual), ou compramos ou trabalhamos em situação de risco”, relata José Dias, supervisor da equipe de saneamento básico.



Local onde são armazenados os medicamentos, condenado pela Anvisa.

“Esta semana quase fui picado por uma cobra”, completa. Outra questão é que há anos eles não realizam exames médicos necessários para controlar os níveis de inseticidas e outras substâncias no sangue.

Os trabalhadores apontam o distanciamento dos responsáveis como fator determinante para a situação em que se encontram. “Como pode um grupo de pessoas que está no Paraná administrar os serviços no estado São Paulo sem conhecer a realidade que enfrentamos aqui e sem respeitar a experiência que acumulamos?”, questiona Silvio Carvalho, da equipe técnica de saúde. Segundo

ele, esta postura reflete diretamente nas aldeias.

Somente nos últimos 30 dias, três crianças morreram nas aldeias aqui do estado. A falta de comunicação impede que as equipes troquem informações e dificulta o envio de orientações adequadas à população indígena.

O Sindsef-SP vem acompanhando a situação deste setor e já realizou, no início do ano, um seminário para debater sobre estes assuntos. Desse encontro surgiu a necessidade produzir um vídeo sobre a situação dos intoxicados e pressionar o governo por melhores condições de trabalho para os servidores.

DNPM

Servidores denunciam sucateamento

Os servidores do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) estão mobilizados para enfrentar mais uma batalha. Assim como em outros órgãos, eles sofrem com a falta de infraestrutura e condições dignas de trabalho.

Além disso, reclamam que não tomaram conhecimento das metas (institucional e individual) que deveriam alcançar no 2º Ciclo de Avaliação, que termina no dia 11 de maio. Na ausência deste debate questionam quais serão, ou foram, os critérios para a avaliação individual.

Contam que faltam copos descartáveis, materiais de limpeza, lâmpadas e até papel higiênico.

Quanto aos materiais de informática, alguns estão obsoletos ou apresentam desgaste natural. No entanto, não existe nenhum planejamento para substituí-los.

Por isso, reivindicam que seja providenciado um levantamento de todos os equipamentos que necessitam ser substituídos nos próximos seis meses, para que a Superintendência possa requerer recursos financeiros para isso.

A falta de ventiladores no prédio, também, foi alvo de críticas. “Neste ano, o verão castigou demais os servidores e em muitas salas não havia nem ventiladores”, conta um servidor. Outro

problema relatado foi à infestação de pernilongos, principalmente nas salas do primeiro andar. É necessário realizar limpeza periódica no jardim (roçada e limpeza de mato), limpeza das calhas e fazer dedetização para evitar essa situação.

Estes temas foram discutidos durante a assembleia realizada no dia 25 de abril, quando ocorreu a paralisação dos serviços para fortalecer as mobilizações em torno da Campanha Salarial 2012. Os servidores elaboraram um documento listando os problemas identificados, que será encaminhado ao superintendente regional e ao diretor geral do DNPM, Sérgio Dâmaso.

IPEN

Servidores da Ciência e Tecnologia (C&T) querem definição sobre gratificações

Nos dias 24 e 25 de abril ocorreram reuniões sobre a regulamentação da gratificação de qualificação (GQ) dos servidores da Ciência e Tecnologia (C&T). Em mais uma demonstração de descaso com os trabalhadores, o MPOG não apresentou os encaminhamentos necessários para a regulamentação da gratificação. Ao contrário, voltou a dizer que está analisando uma solução para a situação.

A representante do governo, Marcela Tapajós, pediu prazo de dez dias para avaliar o encaminhamento da questão. Vale ressaltar o absurdo deste pedido, pois Marcela e o secretário à época acompanham desde 2009 os encontros com o Fórum de C&T e demais en-

tidades buscando solução para este problema.

Para os sindicalistas não há mais o que ser analisado, uma vez que existem pareceres de órgãos reguladores do próprio governo indicando que são favoráveis tanto à regulamentação quanto à questão da retroatividade.

Indignados os participantes do Fórum de C&T conseguiram uma nova reunião para o dia 9 de maio. Eles exigem que a Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) apresente, também, o resultado da análise feita para implementar o pagamento da GQ aos servidores de nível intermediários portadores de título de graduação, garantidos pela MP441 e lei 11907.

FUNDACENTRO

MPF abre inquérito civil para investigar irregularidades

No último dia 06 de março, o Ministério Público Federal (MPF) resolveu abrir inquérito civil (nº 1.34.001.003875/2011-81) para apurar as denúncias do Sindsef-SP sobre a utilização indevida do veículo oficial pela Procuradora chefe da Fundacentro.

O MPF considerou que os questionamentos apresentados pelo sindicato são pertinentes, merecendo aprofundamento e continuidade das investigações.

O Departamento Jurídico do Sindsef-SP segue acompanhando as movimentações deste processo.

Servidor se você tiver conhecimento de irregularidades no órgão onde trabalha denuncie!



17 de maio é Dia de Luta, fortalecer e ampliar a mobilização dos SPFs

Fórum das Entidades Nacionais define calendário com indicativo de greve geral para 11 de junho.

Como não houve avanços nas negociações referente a pauta de reivindicações, as entidades vão exigir uma nova reunião, em 16/05, e estabelecer um prazo para a Secretaria de Relação do Trabalho (SRT/MPOG) atender às demandas da categoria. Caso isso não aconteça há um indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de 11 de junho.

Novos processos de mobilização já estão em curso: há definição de paralisação de 48 horas entre os servidores das Universidades, dias 09 e 10 de maio e indicativo de greve por tempo indeterminado dos docentes das universidades federais a partir do dia 17/05. Ainda no dia 17 ocorre um Dia de Luta com manifestações nos estados

Calendário
 16/05 – Proposta de reunião com a SRT/MPOG para reapresentação da pauta;
 17/05 – Dia nacional de lutas com manifestações nos estados;
 30/05 – Prazo para o governo atender as reivindicações;
 05/06 – Caravanas BSB e Plenária Nacional Unificada;
 11/06 – Data indicativa para a greve geral no setor público federal, caso não haja atendimento das reivindicações.

Plenária Estatutária da CONDSEF

A 7ª Plenária Estatutária da CONDSEF foi realizada entre os dias de 12 e 15 de abril em Caldas Novas/GO e reuniu cerca de 350 delegados de vários estados do país. A delegação do Sindsef-SP participou de todos os debates da atividade, realizando intervenções coerentes com a política tocada no dia a dia do sindicato e defendendo as propostas da tese “Muda Condsef, a base é quem decide”.

Nestas oportunidades foram feitas críticas contundentes à CUT, em especial a política de colaboração de classes que a central vem fazendo com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Um dos eixos centrais defendidos por unanimidade pelos participantes da plenária foi o fortalecimento e trabalho de mobilização em torno da campanha salarial 2012.

No 25 de abril, diversos órgãos pararam

Em todo o país, os servidores federais confirmaram sua disposição de enfrentar a política de congelamento salarial e retirada de direitos do governo Dilma e paralisaram diversos órgãos públicos no dia 25 de abril.

Em São Paulo houve paralisação de 24 horas no Incra, Ipen e SRTE. Também realizaram mobilizações os servidores do IBAMA, SPU, DNPM, GRTE de Presidente Prudente, entre outros órgãos da capital e do interior.

Outros setores aderiram ao movimento paredista, em especial os funcionários das Universidades Federais, base da FASUBRA, e técnicos e do-

centes dos Institutos Federais de Ensino Tecnológico, base do SINASEFE.

A paralisação ainda foi destaque entre os funcionários da Fundação Oswaldo Cruz, das Agências Reguladoras e funcionários administrativos e profissionais de segurança da Polícia Federal.

Esse dia nacional de paralisação foi importante para avançar na mobilização da categoria, que ainda segue na perspectiva de realizar uma greve geral no setor. A julgar pela disposição demonstrada no dia 25, essa é uma possibilidade que pode se transformar em realidade já no próximo período.



Fotos: Fábria Corrêa, Felipe Nascimento e Lara Tapeey